

# Nacional

[estadão.com.br](http://estadão.com.br)

Blog. Acesse as últimas notícias no Radar Político  
[estadão.com.br/e/radarpolitico](http://estadão.com.br/e/radarpolitico)

## Reportagem especial \* Anos de chumbo

### ● Dops, o QG da repressão

Criado nos anos 1940 durante o Estado Novo, de Getúlio Vargas, a sede Dops, no centro de São Paulo, se tornou um símbolo da tortura no País. Em 2009, reabriu como Memorial da Resistência.

JÓVECI DE FREITAS/ESTADÃO - 8/3/1983



### Controle.

Sede do Dops no bairro da Luz, onde a repressão torturou adversários da ditadura até 1983

Ainda segundo o livro, ele atuou como representante diplomático no Equador e no Brasil e foi cônsul em São Paulo entre 1971 e 1974 – período em que aparece no Dops. Seus substitutos não eram tão assíduos.

**Fiesp.** Outro civil que se destaca é Geraldo Resende de Mattos, cujo nome aparece sempre seguido pela sigla Fiesp, que identifica a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Ele está presente em todos os volumes, que cobrem o período de março de 1971 a janeiro de 1979.

Na sua fase mais ativa, entre 1971 e 1976, Mattos realizou mais de 200 visitas. Chegava no fim da tarde, por volta das 18 horas, e saía uma hora depois. Às vezes se estendia mais: certo dia, passou oito horas no local.

Mattos morreu de enfarte em 2002, aos 65 anos. Segundo a Fiesp, ele nunca figurou no seu quadro de funcionários. Um parente próximo, que pediu para não ser identificado, contou que ele trabalhava para o Serviço Social da Indústria (Sesi). Consultado na sexta-feira pela reportagem, o Sesi pediu mais tempo para verificar a informação.

O parente também contou que Mattos era especialista em questões de ordem política e sindical. O mais provável é que colaborasse com o Serviço de Informação, que funcionava no quinto andar do Dops, sob o comando do delegado Romeu Tuma. Cabia àquele serviço produzir relatórios para o governador sobre a situação política e social no Estado – uma atuação diferente da que ocorria no segundo andar, onde ficava Fleury.

**Universidades.** Embora sejam documentos precários, com erros e muitas lacunas, os livros fornecem indi-

# CIVIS E MILITARES AGLIAM EM SINTONIA FINA NO DOPS

QG da repressão registrou visitas de oficiais, 'representante da Fiesp' e cônsul dos EUA

Um recém-descoberto conjunto de seis livros com o registro de quem entrava e saía da ala reservada à diretoria no antigo edifício do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops), no centro de São Paulo, comprova a estreita relação que existia entre forças militares e civis nas ações de repressão política, no período mais duro da ditadura, no início da década de 1970. Os documentos também expõem o intenso fluxo de representantes da sociedade civil pelo prédio que foi um dos principais centros de perseguição de dissidentes; e a forma como a rede de espionagem do regime autoritário se estendia por empresas estatais, sindicatos e universidades.

O acesso à diretoria do Dops ocorria por um portão na lateral esquerda do edifício, no Largo General Osório, bairro da Luz. A passagem de funcionários e visitantes era sempre registrada pelo funcionário de plantão num livro grosso, com folhas pautadas e numeradas – o livro de portaria. Anotava-se o nome, a organização à qual pertencia, horário de entrada de saída e, às vezes, com quem ia falar.

Por meio desses livros, que estavam esquecidos no acervo do antigo Dops, hoje recolhido ao Arquivo Público do Estado, é possível saber que o capitão Ênio Pimentel da Silveira, do Destacamento de Operações de Informações (DOI), do 2.º Exército, esteve 41 vezes no Dops entre março e outubro de 1971. Frequentemente chegava por volta das 19 horas.

Acusado por ex-presos políticos de se apresentar em sessões de tortura sob o codinome de Doutor Ney, o



Contato. Da dir. para esq.: Fleury, capitão Ênio e major Dalmo Cirillo

capitão Ênio era o homem da linha de frente do DOI. Cabia a ele a execução das diretrizes estabelecidas pelo comandante do destacamento, major Carlos Alberto Brilhante Ustra – que também deixou registro de suas passagens pelo Dops, mas com menor frequência.

O capitão costumava se encontrar no Dops com o seu equivalente naquela instituição, delegado Sérgio Paranhos Fleury – o agente que levou para a repressão política os métodos usados contra criminosos comuns. “Prender antes de investigar, torturar, pendurar no pau de arara, dar choques, práticas comuns nas delegacias, foram levadas por Fleury e outros policiais para o enfrentamento da subversão”, disse o jornalista Percival de Souza, autor de *Autópsia do Medo*, alentada biografia do delegado.

Os militares, de sargento a general, iam muitas vezes ao Dops para cumprir formalidades, uma vez que cabia aos policiais dar forma aos inquéritos que iam

Dia 22 4-71

NOMES	CARGOS	ENTRADA	SÁLIAS
Dr. Halliwell	AMBAJADOR COMAUL	14,25	15,00
NOME	CARGO	ENTRADA	SÁLIAS
Dr. Geraldo Ruy de Mattos	Fiscal	17,40	19,95
segunda-feira 04-03-1974			
Delegado Sérgio Fleury	Delegado	14,45	
sexta-feira 03/05/1974			
cap. Ênio	DOI	11,20	12,20

Registro. Livro marca entradas de Halliwell, Mattos, Fleury e capitão Ênio

parar na Justiça Militar. Eles se apresentavam com o nome real, arma e patente.

Com esses dados é possível saber que o capitão Ênio já havia sido promovido a major em 1976. Nem todas as pessoas, porém, se identificavam adequadamente. O Capitão Ubirajara que aparece nos livros, por exemplo, não existe. Sabe-se agora que esse era o codinome usado pelo delegado Aparecido Laertes Calandra em sessões de tortura no DOI.

**O cônsul.** Entre os civis se destaca o nome de Claris Halliwell, identificado como cônsul americano. A primeira visita, sua presença é compreensível – o Dops tinha uma delegacia especializada

em estrangeiros. Chamam atenção, porém, o envolvimento de um cônsul com serviços que poderiam ser executados por funcionários menos graduados e a frequência das visitas. Em 1971 ele foi pelo menos duas vezes por mês ao Dops.

A assessoria de comunicação do Consulado dos EUA diz não ter registros de antigos funcionários. Por isso, não pode confirmar a presença de Halliwell em São Paulo, o cargo que ocupava ou as idas ao Dops.

As poucas informações disponíveis podem ser encontradas num livro sobre seu pai, Leo Halliwell, que atuou na Amazônia como missionário evangélico na década de 30. Claris teria passado a infância em Belém.

cações sobre o alcance do serviço de informações. Alguns exemplos: entre 1974 e 1975, são frequentes as visitas de um senhor apontado como agente na Petrobrás; há um coronel muito assíduo que se identifica com a Cesp, estatal do setor de energia elétrica; outro crava Unesp, de Universidade Estadual Paulista.

Algumas pessoas apareciam porque eram chamadas. Foi essa a explicação do ex-empresário de João Gilberto, o advogado Krikor Tcherkezian, deu para o fato de seu nome aparecer várias vezes na lista, seguido da sigla USP. Disse que trabalhava no gabinete do reitor e era chamado até seis vezes por mês para acompanhar estudantes envolvidos em investigações da polícia. “Era só aquela coisa de averiguação”, contou. “Nunca vi nada. A agente queria saber e não tinha acesso, porque não falavam nada.”

O delegado Calandra também foi procurado, mas não quis falar. Ênio Rocha Silveira, filho do capitão Ênio, contou que, ainda criança, acompanhou o pai em algumas visitas ao Dops. “Mas eu nem sabia o que meu pai fazia. Ele foi falar com o delegado Fleury e com o Romeu Tuma”, disse. “Meu pai foi chefe da equipe de investigadores do DOI-Codi e também foi para o confronto.”

Após passar para a reserva com a patente de coronel, Ênio morreu com quatro tiros no peito em 1986. Segundo o inquérito militar, cometeu suicídio. O filho contesta o laudo na Justiça, afirmando que foi assassinato. “Queima de arquivo.”

Os livros da portaria do Dops agora fazem parte do acervo digitalizado do Arquivo do Estado e podem ser consultados pela internet. / COLABORARAM BRUNO BOGHOSSIAN E MARCELO GODOY

**Leia amanhã: Comissão vai usar registros para investigar repressão**

\* **Análise: Marcelo Godoy**

## A comunidade dos que escondiam tudo

A Comunidade de Informações viveu seu auge em São Paulo nos anos 1970. Comandada pela 2.ª Seção do Estado-Maior (Informações) do 2.º Exército, contava com representantes do Exército, do Dops, da PM, da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI), da Secretaria da

Segurança Pública, do 4.º Comando Aéreo Regional e do 6.º Distrito Naval. Com o fim da guerrilha urbana, em 1974, o Exército ampliou a comunidade em vez de reduzi-la. Entre as explicações para isso está o receio de que a oposição armada se reorganizasse. Prova disso são os informes trocados pela comunidade a partir de 1973 sobre a rearticulação do movimento estudantil e o medo que cada roubo de explosivos em pedreiras lhes despertava. Uma série misteriosa deles ocorreu em 1974 e mereceu atenção do 2.º Exército – em 1968, a guerrilha começara depois de uma série desses assaltos.

A comunidade ampliada, chamada “Comunidade Complementar”, mantinha reuniões semanais das quais participavam até 50 pessoas. Quem a

idealizou foi o poderoso coronel José de Barros Paes, que chefiou a 2.ª Seção do 2.º Exército de 1974 a 1976 e tinha sob suas ordens o DOI. O oficial convidou empresas estatais e privadas que forneciam e recebiam informações, como as concessionárias de telefonia, água e de luz. Faziam parte dos interesses da comunidade ainda empresas como a Petrobrás e metalúrgicas. “Interessava a parte industrial e a parte de serviços públicos, todos”, disse um coronel do Exército.

Nas reuniões, o Dops relatava crimes contra a Lei de Segurança Nacional e informava sobre problemas nas áreas sindical e estudantil. No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, havia um apontador do jogo do bicho que era infor-

mante da comunidade. O disfarce era perfeito. Ele circulava pelos andares livremente, sem despertar suspeita. As reuniões serviam ainda para a PM planejar onde usar a tropa de choque, para cuidar de passeatas estudantis ou greves. Por fim, ali se discutia infiltração comunista na administração pública. Quando um órgão de segurança recebia alguma informação, ele a registrava no dossiê da pessoa citada e só informava os demais órgãos se o assunto fosse de interesse coletivo. Nem todos, no entanto, dividiam as informações. “Você sabe o que é uma reunião da comunidade de informações? É uma reunião onde todo mundo vai esconder tudo de todo mundo”, contou outro oficial que foi do grupo.